BRANQUITUDE NO ENSINO SUPERIOR: A PESQUISA SOBRE O BRANCO NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

RESEARCH ON WHITE IN ETHNIC-RACIAL RELATIONS

Deivison Moacir Cezar de Campos1
[https://orcid.org/0000-0001-9928-9825]

Tiago Soares Marques2
[https://orcid.org/0000-0002-1881-7559]
DOI: 10.30612/raido.v15i37.14420

RESUMO: O presente artigo trata de uma revisão bibliográfica de teses sobre branquitude no ensino produzidas no Brasil nesta década, buscando analisar as abordagens e os diálogos possíveis entre elas. A pesquisa mostra como tem sido pensada a branquitude brasileira e quais as perspectivas para uma educação mais igualitária. Para o tensionamento teórico, foram utilizados os conceitos de branquitude (SCHUCMAN, 2012), *racial literacy* (TWINE, 2006) e colonialidade (QUIJANO, 2009). Foram analisadas cinco teses de doutorado, a partir de um estudo documental, utilizando como categorias objetivos, metodologia e aportes teóricos de cada autor. Os resultados mostram que o conceito de branquitude é proposto de maneira distinta entre os pesquisadores, sendo que alguns realizam uma diferenciação do conceito de branquidade. De modo geral, todos entendem que é possível os sujeitos brancos se tornarem críticos e conscientes de sua condição racial e apontam para a (re)educação como o meio mais eficaz para a compreensão da realidade e da possibilidade de combate às desigualdades.

Palavras-chave: branquitude; branquidade; racismo; educação das relações étnico-raciais; colonialidade.

ABSTRACT: This paper deals with a bibliographic review of theses on whiteness in teaching produced in Brazil in this decade, seeking to analyze the possible approaches and dialogues between them. The research shows how Brazilian whiteness has been thought about and what are the perspectives for a more equal education. For theoretical tensioning, the concepts of whiteness (SCHUCMAN, 2012), racial literacy (TWINE, 2006) and coloniality (QUIJANO, 2009) were used. Five doctoral theses were analyzed, based on a documentary study, using as categories objective objectives, methodology and theoretical contributions of each author. The results show that the

1 Universidade Luterana do Brasil, Canoas/RS. Doutor em Ciências da Comunicação. Professor do PPG em Educação e dos cursos de Comunicação. E-mail: deivisondecampos@gmail.com

2 Universidade Luterana do Brasil, Canoas/RS. Mestrando em Educação e pesquisador do NEABI/Ulbra. E-mail: tiago-sm97@gmail.com

concept of whiteness is proposed differently among researchers, with some making differentiation from the concept of whiteness. In general, everyone understands that it is possible for white subjects to become critical and aware of their racial condition and point to (re) education as the most effective means for understanding reality and the possibility of combating inequalities.

Keywords: whiteness; racism; ethnic-racial relations education; coloniality

INTRODUÇÃO

Este artigo realiza uma revisão bibliográfica de teses desenvolvidas no Brasil sobre branquitude e educação, buscando analisá-las a fim de discutir suas abordagens e os diálogos possíveis entre elas. Os estudos sobre relações étnico-raciais já possuem uma tradição no Brasil, porém, foram discutidos em sua maioria a partir da perspectiva do lugar social do negro e de forma mais efetiva há algumas décadas sobre os indígenas. No entanto, os indivíduos identificados como brancos não vinham sendo objeto de pesquisa, denotando uma normalização do sentido de homem como branco.

A partir da base do Banco de Teses e Dissertações da Capes, foram identificadas cinco teses de doutorado e sete dissertações de mestrado sobre branquitude nos diferentes níveis de ensino. Das doze produções, oito tratam do tema no ensino superior e quatro na educação básica. Neste primeiro movimento de pesquisa são acionadas as cinco teses.

As teses analisadas compõem três áreas de conhecimento, sendo duas da Educação, duas das Ciências Sociais e uma do Serviço Social, tendo como propostas observar, de modo geral, a inserção das identidades brancas no meio acadêmico brasileiro. Todas foram defendidas na década de 2010 e têm como base os estudos críticos da branquitude, mostrando a incipiência contemporânea da discussão.

Os estudos sobre a identidade branca têm seu início, no Brasil, com Alberto Guerreiro Ramos, em *A patologia social do 'branco' brasileiro*, no ano de 1957. Porém, é na década de 1990, nos Estados Unidos, que se institucionalizam os estudos críticos da branquitude, com destaque para Ruth Frankenberg (JESUS, 2014). No Brasil, o debate foi retomado com a defesa das teses de doutorado por Edith Piza (1995) e de Maria Aparecida Bento (2002). O artigo *Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu*, de Edith Piza, publicado em 2000, fomentou o crescimento dos estudos, ocorridos na última década. No entanto, o livro *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, organizado por Bento e Carone (2002) tornou-se a principal referência para o debate posterior. Desde então, diversos autores realizaram suas pesquisas sob essa perspectiva, como Lia Vainer Schucman, Liv Sovik, Lourenço Cardoso e Lúcio Otávio Alves de Oliveira - estes dois últimos já inserindo em suas análises a branquitude no contexto acadêmico e educacional.

O método utilizado para a análise é o da pesquisa bibliográfica (GIL, 2002), considerando a mesma de fundamental importância para futuras pesquisas sobre o tema. Sendo assim, através da revisão de bibliografia, o artigo se propõe a indicar os caminhos que estão sendo seguidos sobre a temática em questão. Para o tensionamento do material empírico, foram utilizados os conceitos de branquitude (SCHUCMAN, 2012), *racial literacy* (TWINE, 2006) e colonialidade (QUIJANO, 2009).

Esse texto relaciona-se a uma pesquisa mais abrangente sobre o debate do ensino das relações étnico-raciais na formação de professores de História. O tema tem sido debatido nos últimos anos principalmente depois da sanção da lei 10.639/2003 que prevê a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira em todos os níveis de ensino. Esse debate gira, principalmente, em torno da qualificação necessária para valorizar a diversidade, de maneira que se entenda e respeite os aspectos sociais, históricos e culturais que envolvem a população brasileira. Apesar de haver diferentes movimentos de formação de professores para a questão étnico-racial, os estudos sobre a branquitude ainda não estão institucionalizados no campo histórico - como mostra o levantamento.

1. O BRANCO COMO PADRÃO E NORMA NA EDUCAÇÃO

No âmbito da educação, as instituições nem sempre consideraram importante pensar nas questões étnico-raciais como forma de combater as desigualdades. Longe disso, o sistema educacional brasileiro no período pós-abolição consagrou as relações raciais existentes, baseada no mito da democracia racial, até os dias atuais. Segundo Jerry Dávila:

> Na primeira metade do século XX, o pensamento racial ocupou papéis explícitos e implícitos na elaboração da educação pública. Um número restrito de cientistas, intelectuais e médicos dominava as decisões sobre a educação, e as práticas que criaram refletiram e reproduziram as desigualdades vigentes em sua sociedade (DÁVILA, 2006, p. 14).

Com a responsabilidade de construir um Brasil mais europeu com um senso de modernidade ligado à brancura, os educadores brasileiros estabeleceram normas racializadas, através da ação e da prática que concedia ou negava recompensas com base nessas normas (DÁVILA, 2006). Percebe-se que, na tentativa de consolidar um pensamento único entre a população, a educação foi usada como ferramenta, através da crença de que era preciso branquear a população. A ideia de embranquecimento se deve ao fato de que neste período o país era considerado uma nação inferior, por ter a maioria da população negra.

Desse modo, a educação foi um instrumento eficaz para delimitar os espaços dos diferentes sujeitos na sociedade, a partir do critério racial, guardando o imaginário racista e discriminatório que persiste atualmente no Brasil. Segundo Dávila (2006, p. 36), "como a educação é uma área de políticas públicas, revela as formas pelas quais os pensadores raciais colocaram suas ideias e hipóteses em prática". A partir disso entende-se que a educação, enquanto agente de transformações sociais, do mesmo modo que auxiliou no processo de construção do racismo, tem a capacidade de proporcionar aos sujeitos maior percepção sobre seus contextos e instigar a um pensamento crítico e reflexivo.

Nesta perspectiva, é importante que os estabelecimentos de ensino contem com instalações e equipamentos sólidos e atualizados, bem como professores capacitados e comprometidos com a educação de *negros e brancos*, corrigindo posturas, atitudes e palavras discriminatórias, para que assim possam se relacionar com respeito (BRASIL, 2004). Educar "negros e brancos" significa pensar discursos e práticas que envolvam ambas as populações.

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 15 | n. 37 | p. 84 -98 | jan/abr 2021

Neste contexto, o lugar do branco na educação para as relações étnico-raciais tem sido discutido a partir do conceito de branquitude. Analisado por pesquisadores como Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento (2002), Adevanir Aparecida Pinheiro (2011), Lia Vainer Schucman (2012), Lourenço da Conceição Cardoso (2014), entre outros, o conceito de branquitude pode ser definido como

> [...] uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade (SCHUCMAN, 2012, p. 23).

Interessante pensar este conceito como uma condição de privilégio permanente pelo qual um grupo se mantém no poder em detrimento de outro. A branquitude pode ser considerada uma forma de perpetuação do racismo, por naturalizar os lugares sociais historicamente construídos; ou seja, combater o racismo significa também enfrentar todas as formas, sejam elas simbólicas ou materiais, que privilegiem os brancos.

Nesse sentido, entende-se que a luta contra a branquitude, enquanto relação de poder, não deva ser desempenhada somente pelos negros. Ao contrário, cada vez mais os brancos devem se entender como tal e compreender que ser branco não é a norma, mas sim um lugar construído histórico e socialmente. Ser branco é também pertencer a uma condição étnico-racial. Não refletir sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma maneira de persistir no pensamento de que constituem um problema exclusivamente do negro (BENTO, 2002).

Pensar a branquitude no contexto educacional, portanto, significa entender que o desafio da educação étnico-racial necessita de uma ética que auxilie tanto a população negra, quanto a população branca a encontrar a melhor forma de interagir nesta reeducação inclusiva do diferente, atuando em sociedade a partir de uma educação social e racial enquanto sujeito e não apenas como objeto da globalização tecnológica brasileira (PINHEIRO, 2011). Diante disso, foram analisadas cinco teses que trabalham o conceito de branquitude na Educação, sendo elas: "Identidade étnico-racial e universidade" (PINHEIRO, 2011) e "O branco ante a rebeldia do desejo" (CARDOSO, 2014), ambos da Ciências Sociais; "Branquitude em Foco" (LABORNE, 2014) e "Representações acerca das identidades brancas no currículo de um curso de Licenciatura em História do Paraná" (SILVA, 2018), ambos da Educação; e "Um estudo sobre branquitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil", 2003-2013 (PASSOS, 2013), do Serviço Social. O conjunto de teses constitui o observável da presente reflexão.

2. O BRANCO NO CENTRO DO DEBATE ÉTNICO-RACIAL

As teses analisadas pretendem, de modo geral, trazer o branco para a discussão das relações étnico-raciais. Mais do que buscá-lo para deixá-lo à margem, têm o intuito de fazer o branco se perceber enquanto uma construção social. Têm relevância no sentido de tornar o branco o centro da discussão, não como a referência, mas como aquele que produziu e ainda produz danos materiais e simbólicos à população negra e ao conjunto social, o que prejudica a si mesmo em consequência.

Adevanir Aparecida Pinheiro, na tese *Identidade étnico-racial e universidade: a dinâmica da visibilidade da temática afrodescendente e as implicações eurodescendentes, em três instituições de ensino superior no sul do país*, defendida em 2011 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS), analisa três universidades, pertencentes aos três estados do sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - com o objetivo de revisar os processos de inclusão e exclusão da população negra nesses espaços, a partir do estudo dos programas acadêmicos, projetos sociais, documentos institucionais e entrevistas.

A partir de um tripé metodológico, composto pela análise de discurso, estudo comparativo e dialética, a autora busca identificar os sinais concretos que mostram que as universidades estão contribuindo para mudar a realidade social. Tendo como três principais teóricos Florestan Fernandes, Alberto Melucci e Paulo Freire, ela conclui que o discurso na sociedade brasileira tende à persistência da branquidade[3] reproduzindo sua visão de forma ampla, velada e convincente, através de discursos racistas discretos, conscientes ou não. Nas três universidades percebe-se a inconsciência dos sujeitos brancos sobre a sua dominação pelo racismo, mesmo que em níveis distintos.

Ana Helena Passos, em sua tese *Um estudo sobre branquitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil, 2003-2013,* defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, busca compreender o processo de (re)construção das identidades dos sujeitos brancos em um espaço onde há o imaginário de que brancos e negros estão em uma mesma condição política e social. A pesquisadora, através de entrevistas com indivíduos considerados da classe C, de uma disciplina de *História e Cultura Afro-Brasileira* em uma Instituição de Ensino Superior da cidade de São Paulo, numa perspectiva teórica da *racial literacy* - letramento racial, analisa a fala desses sujeitos brancos sobre sua condição e percepções referente às relações étnico-raciais. A hipótese é que os discursos da mestiçagem e da democracia racial impedem que esses sujeitos tenham uma real consciência racial. A autora pretende mostrar que não há uma compreensão que possibilite aos sujeitos brancos se perceberem como portadores de privilégios. Nesse sentido, para ela, a passagem das marcas do fenótipo para as da identidade se dá através de uma trajetória política, proporcionada pela *racial literacy*, que é "a condição de um aprendizado a partir de práticas sociais e da pertença sociocultural do sujeito que aprende" (PASSOS, 2013, p. 17).

Na tese *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil,* defendida em 2014 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Lourenço Cardoso procura investigar o que leva os pesquisadores brancos a dedicarem seus estudos e pesquisas sobre o negro. Porque o branco se interessa mais em pensar no Outro, e não em si? Para ele, a branquitude pode ser percebida justamente nessa insistência do pesquisador branco ter o negro como objeto. Entrevistando doze pesquisadores brancos que estudam o negro e quatro pesquisadores brancos que estudam o branco, o autor constata que, sobre o problema

3 Pinheiro (2011) faz uma distinção entre os conceitos branquitude e branquidade. O primeiro seria a situação dos brancos que têm atitudes explícitas no processo de relação étnico-racial, já o segundo representa aqueles sujeitos brancos que estão alheios a essa problemática.

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 15 | n. 37 | p. 84 -98 | jan/abr 2021

racial, o primeiro grupo considera que é um "problema do negro", enquanto o segundo acredita ser um "problema do branco". Nesse sentido, o autor também aponta para o fato de que sujeitos brancos como os entrevistados, que têm estudo e consciência sobre a realidade social, se enxergam dentro desse sistema, mas não se observam e se autocriticam, que é o caso dos doze pesquisadores que estudam o negro.

Defendendo em 2014 no Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais, a tese *Branquitude em Foco: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil*, Ana Amélia Laborne busca compreender as percepções de pesquisadoras e pesquisadores classificados como brancos sobre o significado de ser branco no Brasil e sua relação com a produção do conhecimento sobre as relações étnico-raciais no meio acadêmico. Trabalhando com os conceitos de branquitude, mestiçagem e ideal de branqueamento, ela articula os mesmos numa proposta de entender como eles estão marcados na construção da identidade nacional brasileira. Através de entrevistas semiestruturadas com quatro pesquisadores, ela também aborda as relações de poder baseadas na raça, investigando as expressões das hierarquias e simetrias raciais nas ciências sociais e humanas, com foco na Educação, trazendo à tona uma importante reflexão sobre a racialidade inserida no universo acadêmico.

José Bonifácio Alves da Silva, em sua tese *Representações acerca das identidades brancas no currículo de um curso de Licenciatura em História do Paraná*, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (MS), investiga sobre como as representações das identidades brancas em um currículo marcam um curso de licenciatura em História. Realizando uma análise sobre as emendas das disciplinas, o projeto pedagógico do curso (PPC), as observações de aulas e as entrevistas semiestruturadas com docentes e discentes, o pesquisador pretende pensar a identidade com diferença e a diferença com identidade (SILVA, 2018). Ele realiza discussões referenciando-se em uma articulação entre os Estudos Culturais, os Estudos Pós-Coloniais, a Teoria Educacional Crítica Neomarxista, o Grupo Modernidade/Colonialidade, os Estudos Críticos da Branquidade, as perspectivas Pós-Críticas da Educação, a interculturalidade crítica e o multiculturalismo crítico. Ele conclui que apesar de haver tentativas de ressignificar o currículo de História, ainda há uma hegemonia sobre as representações das identidades brancas, formando sujeitos críticos, porém ainda eurocentrados e colonizados.

Diante do panorama da pesquisa sobre a branquitude no contexto educacional, o processo de análise dos trabalhos permitiu verificar confluências e divergências entre eles. A análise de material bibliográfico, por seu lado, permite ao pesquisador entender até onde outros investigadores têm chegado e seus esforços, os métodos utilizados, as dificuldades enfrentadas e o que pode ser ainda investigado (TRIVIÑOS, 1987). Além disso, a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de que permite ao investigador o acesso a uma série de fenômenos muito mais ampla do que se necessitasse pesquisar diretamente (GIL, 2002).

Inicialmente foi realizada uma pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da Capes. Após a identificação das teses produzidas, foi criado um instrumento de pesquisa na forma de uma tabela na plataforma de planilhas do Google na qual cada pesquisa foi transformada em dados de análise a partir das categorias *resumo, introdução, metodologia, análise, conclusão* e *área de conhecimento*. Após a finalização

desta etapa, foi realizada uma leitura a partir dos dados de cada tese a partir das categorias, seguido da leitura das categorias em conjunto, o que permitiu uma aproximação e divergências entre as pesquisas. Os aspectos definidos para a análise desses dados foram os objetivos, a metodologia e os aportes teóricos de cada autor.

3. O BRANCO COMO OBJETO DE ANÁLISE

O diálogo entre as cinco teses se dá na medida em que pretendem analisar as relações étnico-raciais a partir de uma ótica que viabilize a compreensão do papel dos sujeitos brancos no combate ao racismo. Porém, além dessa questão mais visível, há também outras conexões entre as pesquisas. Com relação aos objetivos, pode-se perceber uma aproximação entre Cardoso (2014) e Laborne (2014), pois ambos investigam sobre o sujeito branco e sua relação com as suas escolhas acadêmicas, ou seja, como é ser um branco pesquisador das relações étnico-raciais. Lourenço Cardoso (2014) quer entender por que sujeitos brancos decidem pesquisar o negro, sua cultura, seu universo, enquanto Ana Amélia Laborne (2014) busca compreender as experiências sociais e trajetórias dos entrevistados e a relação com suas percepções sobre ser branco no Brasil e na produção de conhecimento. Nota-se certa complementação entre os trabalhos, pois enquanto o primeiro realiza uma análise que busca entender os pensamentos dos pesquisadores brancos, o segundo pretende compreender esses pensamentos através das vivências desses sujeitos.

Pode-se encontrar também uma relação entre as teses de Passos (2013) e Silva (2018), pois enquanto a primeira trabalha com a (re)construção das identidades brancas de sujeitos que fazem parte de uma disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira, o segundo busca compreender sobre como o currículo de um curso de História é marcado pelas representações das identidades brancas. Nesse sentido, pode-se entender que o processo de consciência racial, proposto em Ana Helena Passos, necessita de uma reestruturação dos conceitos e práticas presentes dos contextos educacionais. Segundo as DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais, é necessário se desfazer da mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos (BRASIL, 2004). A tese de Pinheiro (2011) é a que, de certo modo, dialoga com todas as outras, pois seu objetivo é examinar como a educação das relações étnico-raciais está inserida na universidade, através de documentos oficiais e ações sociais, tanto pelas instituições como também por parte dos professores e alunos.

Sobre a metodologia, todas as pesquisas se utilizam de entrevistas para aprofundar suas análises a partir das falas dos sujeitos entrevistados. Segundo Laborne (2014), a entrevista possibilita uma maior aproximação da complexidade de determinados fenômenos. Com exceção de Cardoso (2014), que definiu a sua entrevista como aberta, os outros quatro definiram-nas como semiestruturadas. Segundo Augusto Triviños (1987), a entrevista semiestruturada pode ser entendida como

> [...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante (p. 146).

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 15 | n. 37 | p. 84 -98 | jan/abr 2021

Um fator importante dos métodos é o critério de classificação étnico-racial utilizado pelos pesquisadores para definirem quem seriam seus entrevistados. Enquanto Passos (2013), Cardoso (2014) e Silva (2018) consideraram importantes a autodeclaração, seja branca ou negra, Laborne (2014) escolheu seus sujeitos tendo como referência a classificação atribuída pelos NEABs[4]. Pinheiro (2011) não determinou o critério de classificação sobre seus entrevistados, mas ao tratar o conceito de identidade, analisa que não é algo estático e que o sujeito pode interpretá-la, ao mesmo tempo em que ela também está relacionada ao reconhecimento pelo outro.

A questão da autodeclaração e classificação étnico-racial vem sendo amplamente debatida em meio a essa discussão sobre educação. Segundo Edmar José da Rocha e Fúlvia Rosemberg,

> Extensa bibliografia [...] têm evidenciado que o sistema de classificação racial no Brasil é complexo, ambíguo e fluido, resultante do processo sofisticado de combinação de elementos da aparência: cor da pele, traços corporais (formato do nariz, lábios, tipo e cor de cabelo), origem regional (Rosemberg, Piza, 1998/1999) e social [...] (ROCHA; ROSEMBERG, 2007, p. 764).

Ou seja, a questão da identidade étnico-racial é muito complexa na sociedade brasileira. É importante lembrar que, diferentemente dos Estados Unidos, por exemplo, no Brasil a classificação racial não se dá a partir da origem do indivíduo, mas com base em marcadores de aparência (ROCHA; ROSEMBERG, 2007). Isto é, o fenótipo - o que é visível - define o modo como um sujeito é visto pela sociedade, e por ele mesmo.

Nilma Lino Gomes (2016) destaca que nenhuma identidade é construída no isolamento, mas é negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros. Tanto a identidade pessoal, quanto a socialmente derivada, são formadas em diálogo aberto e que estas dependem de maneira vital das relações com os outros (GOMES, 2016). A discussão incide fortemente no debate da branquitude, pois há situações em que, indivíduos que possuem a pele branca, mas com descendência negra, se autodeclaram negros, mas em determinados espaços são privilegiados em detrimento de sujeitos negros. Essas questões permeiam o modo como as pessoas se relacionam em sociedade.

O debate sobre essa relação do pesquisador com o tema aparece na tese de Laborne (2014). Ao entrevistar quatro pesquisadores considerados brancos pelos NEABs, a pesquisadora constatou que nem todos concordaram com essa classificação, sendo que um dos sujeitos se identificava como negro, enquanto outro não concordava com classificações raciais, se reconhecendo enquanto brasileiro. O que Laborne (2014) analisa a partir disso é que esses indivíduos constroem sua identidade pautados em elementos da branquitude, branqueamento e miscigenação, permeados também por um discurso de nacionalidade que ignora os elementos raciais que compõem a formação de uma identidade.

Outro aspecto relevante é que a brancura[5] da pesquisadora, no caso de Passos

4 Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros.

5 Há um debate crescente sobre as diferenças entre os termos brancura, branquitude e branquidade. O primeiro é normalmente utilizado para se referir ao fenótipo (PASSOS, 2013). Sobre o segundo e o

(2013), facilitou a comunicação e o diálogo com os entrevistados, por se sentirem mais "à vontade" para falarem determinadas questões que não conseguiriam para uma pessoa negra. Este fato se torna mais interessante e complexo se comparado com a tese de Lourenço Cardoso (2014) na qual ele entrevista pesquisadores brancos das relações étnico-raciais. Quando questiona se ele fosse branco os entrevistados se sentiriam mais confortáveis, a maioria das respostas foi inversa. Ou seja, a maioria respondeu que não se sentiria mais confortável, muito devido ao fato de desconfiar de um pesquisador branco, duvidando das suas reais intenções.

Considerando que na pesquisa de Passos (2013) os entrevistados são graduandos e na de Cardoso (2014) são pesquisadores consolidados, pode-se concluir que o "letramento racial" - já alcançado nos entrevistados de Cardoso - proporciona um entendimento sobre a realidade social. Os pesquisadores brancos não enxergam no pesquisador negro uma barreira. Diante disso, pode-se considerar que o letramento racial estaria ligado a um projeto político de negociação de identidades, a partir do prisma afro-educacional (PASSOS, 2013), entendendo que os pesquisadores brancos que pesquisam as relações étnico-raciais já desenvolveram uma identidade que não exclui o outro.

4. O BRANCO RESSIGNIFICADO

Com relação aos aportes teóricos e as análises, todos os autores se utilizam do conceito de branquitude, porém divergem entre si quanto a definição dele, introduzindo também o conceito de branquidade. Para alguns pesquisadores, como, Pinheiro (2011) e Laborne (2014), a branquitude seria a condição do branco que já alcançou uma consciência crítica e combate ao racismo. Já a branquidade seria o branco que não tem essa consciência e que acredita ser superior. Passos (2013) e Cardoso (2014) utilizam o conceito branquitude sem distinguir de branquidade. Passos (2013) justifica essa indiferenciação, relacionado com o conceito de negritude e por haver maior número de pesquisas que usam o conceito.

Cardoso (2014) acredita que essa distinção ainda precisa ser melhor formulada e que alguns pesquisadores brancos a fazem para criar uma divisão hierárquica entre o branco consciente e não consciente, sendo que ambos continuam sendo tratados da mesma maneira pela sociedade. Seguindo a lógica, Silva (2018) utiliza ambos os termos como sinônimos, por entender que mesmo os que já despertaram a consciência, não tem um despertar pleno e que muitas vezes não se percebem em situações que são privilegiados. Porém, discorda de Cardoso (2014), que aponta para uma distinção entre branquitude crítica e acrítica.

Pinheiro (2011) e Laborne (2014) diferenciam os dois termos nas suas pesquisas, porém não no mesmo sentido. Para Pinheiro (2011), a branquitude seria a situação dos brancos que têm uma atitude explícita no processo de relação étnico-racial, seja positiva ou negativa, enquanto a branquidade seriam aqueles sujeitos brancos que estão alheios a qualquer problemática étnico-racial. Laborne (2014) utiliza o conceito de

terceiro ainda há debates (SILVA, 2018) sobre os seus significados e diferenças, que serão explicados ao longo do texto.

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 15 | n. 37 | p. 84 -98 | jan/abr 2021

branquitude como uma possibilidade de consciência crítica e questionamento do lugar de privilegiado, enquanto branquidade como uma perspectiva única e exclusivamente racista. Independente das distinções que cada autor coloca, há em comum a todos a ideia de que existe a possibilidade de criar uma branquitude consciente e crítica.

Nesse sentido, o conceito de *racial literacy* é utilizado por Passos (2013) e Laborne (2014) como fundamental para que os sujeitos brancos tomem consciência da sua condição enquanto privilegiados. Apesar dos outros autores não o utilizarem, a intenção de todos é a mesma, demonstrar que é possível haver uma ressignificação da branquitude. O conceito de *racial literacy*, de acordo com Passos (2013), foi desenvolvido por France Winddance Twine, que realizou uma pesquisa com 121 casais interraciais na Inglaterra e nos Estados Unidos, mostrando que o sujeito branco pode desenvolver um olhar crítico sobre o racismo e construir sua própria identidade. Para Twine,

> "Letramento racial" é um conjunto de práticas que pode ser melhor caracterizado como uma "prática de leitura" – uma forma de perceber e responder individualmente às tensões das hierarquias raciais da estrutura social – que inclui o seguinte: (1) um reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude; (2) a definição do racismo como um problema social atual, em vez de um legado histórico; (3) um entendimento de que as identidades raciais são aprendidas e um resultado de práticas sociais; (4) a posse de gramática e um vocabulário racial que facilita a discussão de raça, racismo e antirracismo; (5) a capacidade de traduzir e interpretar os códigos e práticas racializadas de nossa sociedade e (6) uma análise das formas em que o racismo é médiado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade (TWINE, 2006, p. 344 *apud* PASSOS, 2013, p. 83-84).

Considerando esse conceito como uma "prática de leitura", entende-se que essa transformação no pensamento se dá a partir de novos olhares sobre a sociedade. Diante disso, a colonialidade do saber, referida por Laborne (2014) e Silva (2018), mas também mencionada por Passos (2013) e Cardoso (2014), ganha importância nesse debate.

A colonialidade é tratada como o modo com que as relações herdadas do colonialismo persistem sob formas diferentes, sejam materiais ou simbólicas. Esse conceito é definido por Aníbal Quijano como

> [...] um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2009, p. 73).

Ou seja, na prática não há mais escravização, por exemplo, mas as relações sociais ainda são marcadas pela raça, criando uma realidade que ainda inferioriza as populações diferentes do que se convencionou como o padrão de ser humano: o branco europeu. A colonialidade do saber, portanto, é uma herança do colonialismo e estabeleceu o eurocentrismo como a única forma de conhecer legítima, sendo utilizada como instrumento de dominação, deslegitimando aqueles conhecimentos não europeus (SILVA, 2018).

Laborne (2014) explica que a branquitude ocupa um lugar importante nessa discussão, justamente por ser uma construção ideológica bem-sucedida do projeto modernista de colonização, que detêm o poder e define o eu e o outro, tornando-se instrumento de poder. O conceito pode ser bem observado na tese de Silva (2018) na qual ele mostra como um currículo de um curso de História é altamente centrado nos conhecimentos europeus. Nesse sentido, a tese de Lourenço Cardoso dialoga com a de Silva (2018), quando conclui, através das entrevistas que ser branco "significa possuir o monopólio da História e de sua perspectiva" (CARDOSO, 2014, p. 210).

Essa visada aponta que mesmo indivíduos que combatem as desigualdades também estão propensos a práticas racistas, pois se omitir em determinadas situações racistas é também contribuir para sua perpetuação. Segundo Maria Aparecida Bento,

> O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo de referências da condição humana (BENTO, 2002, p. 30).

A autora entende que o fato de não querer legitimar o discurso que revela os privilégios sociais é comum entre aqueles sujeitos que se expressam contra o racismo e todas as suas consequências, não sendo algo que existe apenas entre os que discriminam por preconceito. Segundo Bento (2002), há uma forte tendência por parte dos sujeitos brancos de discriminar a partir do interesse que têm em manter seus privilégios e tal fato pode estar ligado ou não ao sentimento de rejeição ao negro.

A interseccionalidade entre raça e classe é outro aspecto observado pelos autores. Na tese de Passos (2013), no discurso dos entrevistados, é possível verificar que devido ao fato desses sujeitos pertencerem a uma classe social subalterna, há um sentimento de igualdade com relação aos negros, impossibilitando que eles percebam os privilégios materiais e simbólicos proporcionados por sua brancura. Ana Amélia Laborne (2014) também propõe esse debate, mostrando que mesmo pesquisadores que se dedicam à temática étnico-racial consideram que há uma sobreposição da classe sobre a raça. Tentam com isso justificar os problemas da população negra através da explicação que a maioria é pobre (LABORNE, 2014), desconsiderando os problemas inerentes ao aspecto racial. A pesquisa de Cardoso (2014) dialoga com as anteriores, inserindo o conceito de *the white trash*, utilizado para explicar o contexto norte-americano de sujeitos "brancos lixos", oriundos de uma mentalidade arcaica, baixo nível de escolaridade, condição socioeconômica e leitura de mundo.

Outra questão apontada por Passos (2013) é que quando o branco pobre começa a entender sobre privilégios é como se estivesse levantando um véu de cegueira. Nessa mesma direção, Edith Piza (2002) usa a metáfora da porta de vidro para explicar a descoberta racial pelos sujeitos brancos. Para ela, "bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura, os gongos de metal que mantinham a porta de vidro" (PIZA, 2002, p. 61). Portanto, o racismo não é praticado somente por aqueles sujeitos que têm aversão ao negro e que se sentem superiores, pois esses indivíduos têm consciência do seu racismo. Se a percepção do racismo causa tanto impacto e surpresa é porque ele não é algo explícito, ou seja, é algo velado,

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 15 | n. 37 | p. 84 -98 | jan/abr 2021

que se esconde entre "piadas" e "brincadeiras inocentes".

O conjunto de estudos, portanto, mostra uma variedade de abordagens do debate, revelando que a branquitude pode ser um campo de pesquisa muito apropriado para aqueles que se interessam em buscar perspectivas complexas sobre as relações étnico-raciais. É possível observar o diálogo existente na medida em que as teses dialogam no intuito de pensar como a branquitude se insere na educação. A concentração em áreas tradicionais da discussão sobre identidade e diferença, Educação, Ciências Sociais e Serviço Social, aponta também para a demanda que existe em discutir a branquitude a partir de outras áreas, deslocando o debate da perspectiva do outro sociológico para o considerado normal, o branco euroreferenciado.

CONCLUSÃO

O conceito de branquitude é proposto de maneira distinta nas cinco pesquisas, demonstrando uma abertura para estudos e debates sobre a definição e operacionalização do mesmo. Também aponta para a necessidade de uma melhor discussão sobre a distinção, ou sobreposição dos conceitos de branquitude e branquidade - questão ainda divergente entre os pesquisadores. De todo modo, todas as teses analisadas destacam que o entendimento da perspectiva permite aos sujeitos uma melhor compreensão das desigualdades raciais.

A branquitude, de forma geral, para os pesquisadores, aponta para uma condição de privilégio. Para alguns dos pesquisadores, isso se dá de forma consciente e, para outros, não há distinção entre os que se entendem e não nesta condição. Em relação ao conceito de branquidade, três das pesquisas consideram que não há diferenças entre os conceitos e que as definições precisam de mais estudos e tensionamentos. Outros dois estudos percebem uma diferença conceitual, entendendo a branquitude como uma identidade branca positiva e crítica e a branquidade o seu oposto, ou seja, uma condição de sujeito sem consciência racial.

A partir da análise das teses, entende-se que essas apontam para uma predominância, no meio acadêmico, de um pensamento colonizado e eurocentrado. As pesquisas auxiliam no processo de compreensão sobre a realidade social, pois demonstram a importância que os sujeitos brancos têm no combate ao racismo. Entendendo a colonialidade como um elemento central na definição dos espaços de poder e privilégio, os pesquisadores buscam inserir a branquitude nesse contexto, tentando entender como ela opera dentro do meio acadêmico.

Portanto, a Educação é inserida nessa problemática por ser entendida pelos autores como uma questão de grande importância para o aprofundamento da discussão sobre as relações étnico-raciais. Como eles apontam, é através da (re)educação de pessoas brancas e negras que será possível construir uma sociedade mais justa, compreendendo a educação das relações étnico-raciais dentro de um processo de luta e resistência.

De forma geral, os autores consideram que a consciência racial é um instrumento que leva a resultados positivos na luta antirracista. Alguns deles se utilizam do conceito de *racial literacy*, que seria o letramento racial dos sujeitos brancos; ou seja, um processo que possibilita a esses indivíduos entenderem sua realidade e seus privilégios.

Nesse sentido, os cinco pesquisadores acreditam que é possível haver a ressignificação da identidade branca, buscando sujeitos brancos conscientes e críticos.

O debate sobre a temática da branquitude ainda exige maior aprofundamento. As pesquisas desenvolvidas até os dias atuais têm revelado o caráter central desse conceito, entendendo o mesmo como chave para a compreensão da complexidade da discussão étnico-racial. Através de diversos estudiosos da branquitude – um número crescente – é possível identificar de forma mais profunda os enredamentos e normalização do racismo na sociedade.

Essa pesquisa trouxe resultados positivos a sua proposta, pois mostra como a branquitude dentro do meio educacional e acadêmico vem sendo pensada e discutida, mostrando as diversas interpretações a respeito do seu conceito. Também por propor uma reflexão sobre as possibilidades de uma educação igualitária, a partir da conscientização dos sujeitos brancos na luta contra o racismo.

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 15 | n. 37 | p. 84 -98 | jan/abr 2021

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo:** branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

CARDOSO, Lourenço da Conceição. **O branco ante a rebeldia do desejo:** um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2014.

CARONE, Iray; BENTO, Maria A. (Org.). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de Brancura:** política social e racial no Brasil - 1917-1945. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. *In:* FIGUEIREDO, Angela; CRUZ, Cintia (Orgs.). **Beleza negra:** representações sobre o cabelo, o corpo e a identidade das mulheres negras - Coleção UNIAFRO. Cruz das Almas: EDUFRB, 2016.

JESUS, Camila Moreira de. **O Privilégio da Brancura na Escola Pública:** uma etnografia no colégio estadual Edvaldo Brandão Correia em Cachoeira-BA. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Sociais) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2014.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. **Branquitude em foco:** análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PASSOS, Ana Helena Ithamar. **Um estudo sobre branquitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil, 2003-2013.** 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PINHEIRO, Adevanir Aparecida. **Identidade étnico-racial e universidade**: a dinâmica da visibilidade da temática afrodescendente e implicações eurodescendentes, em três instituições do ensino superior no sul do país. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

PIZA, Edith Silveira Pompeu. **O caminho das águas**: estereótipos de personagens femininas negras na obra para jovens, de escritoras brancas. 1995. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

PIZA, Edith Silveira Pompeu. Porta de vidro: entrada para a branquitude. *In:* CARONE, Iray; BENTO, Maria A. (Org.). **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

ROCHA, Edmar J. da; ROSEMBERG, Fúlvia. Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos(as). **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 759-799, set./dez. 2007.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo":** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, José Bonifácio Alves da. **Representações acerca das identidades brancas no currículo de um curso de Licenciatura em História do Paraná.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TWINE, France Winddance. **The Gap Between Whites and Whiteness**. Interracial Intimacy and Racial Literacy. W.E.B Du Bois Institute for African and African American Research. 2006. p. 341-363.

Recebido em 23/03/2021
Aprovado em 02/08/2021